

INFLUÊNCIA DA PEDAGOGIA JURÍDICA CLÍNICA NO NORTE E SUL DO BRASIL: Competências na formação da identidade profissional

LAPA, Fernanda B.;¹ MEDEIROS, Cláudio M.²; SOARES, Kawanna A.³

Resumo

Este trabalho é um dos resultados de pesquisa realizada no Núcleo de Educação Jurídica em Direitos Humanos (NEJUDH), ligado ao Programa Institucional de Pesquisa em Direito (PIP) da Universidade da Região de Joinville (Univille), que visa obter um diagnóstico dos impactos causados pela pedagogia jurídica clínica na formação da identidade profissional dos estudantes de Direito. A pesquisa busca identificar as principais competências profissionais adquiridas pelos egressos de Direito de universidades de diferentes localidades do norte e sul do Brasil – Universidade da Região de Joinville, Universidade Federal do Pará e Universidade Estadual do Amazonas; e participaram, em média, dez alunos de cada instituição. O foco do trabalho é, primeiramente, apresentar a inserção das clínicas jurídicas no Brasil, com início em 2004, a partir implementação da primeira clínica jurídica na Univille e o movimento crescente desta pedagogia no país. Em seguida, serão apresentadas algumas características e pressupostos da pedagogia clínica, como o protagonismo, a participação ativa e estratégica dos estudantes. Por fim, este trabalho apresentará os resultados iniciais da aplicação de questionário feito à discentes egressos que participaram de clínicas jurídicas durante suas graduações, dentre as universidades supracitadas, a fim de avaliar os impactos concretos que esta metodologia de ensino na formação da identidade em relação às competências pessoais e profissionais adquiridas.

Palavras-chave

Metodologia clínica; ensino jurídico; pesquisa exploratória.

¹ Doutora pelo Programa de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2014). Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora Executiva do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH). É professora de Direitos Humanos e Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. E-mail: flapa@iddh.org.br.

² Doutor em Psicologia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013). Professor Adjunto do Curso de Direito da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. E-mail: mede@terra.com.br.

³ Acadêmica do 8º semestre do curso de Ciências Jurídicas na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. E-mail: kawannaalano@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A Constituição brasileira de 1988 institucionalizou os Direitos Humanos no país, elevando os princípios da dignidade humana e da cidadania como fundamentos da nação, baseados nos princípios da igualdade e da equidade, elegendo a educação ao patamar de direito fundamental.

Para que o gozo pleno da cidadania e da dignidade humana preconizado pela Constituição Federal se concretize é necessário que se promova firmemente a educação em Direitos Humanos em todos os níveis educacionais do Estado Brasileiro.

No que diz respeito aos cursos de Direito, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos orientam a inclusão de temáticas específicas de Direitos Humanos nas matrizes curriculares⁴.

A necessidade da educação em Direitos Humanos advém da necessidade de se realizar mudanças sociais, por isso é necessário que as instituições de ensino jurídico desempenhem um papel que supere o mero desenvolvimento do raciocínio jurídico, proporcionando formação ética, aprimorando o senso de justiça e a formação humanística do acadêmico.

Muitos dos cursos de Direito no Brasil estão se adaptando para atenderem aos novos requisitos, pressionados pela grande demanda de desenvolvimento de habilidades práticas esperadas pelos discentes para se sentirem efetivamente bem instruídos e preparados para a vida profissional e crescimento como indivíduo.

Para a concretização da educação em direitos humanos a adoção do ensino por clínica tem se mostrado como um recurso que contribui muito para a formação humanista dos jovens estudantes.

As clínicas selecionadas para este artigo surgiram no início do século XXI e vieram com o propósito de inovar o processo de ensino aprendizagem em cursos de Direito, assim como formar futuros profissionais da área jurídica mais sensibilizados com a justiça social.

⁴ Diretriz Curricular Nacional que abrange o curso de Ciências Jurídicas é o parecer CNE/CES 67/2003, aprovado em 11/03/2003 pela Câmara de Educação Superior, tendo como relator os Srs. José Carlos Almeida da Silva e Lauro Ribas Zimmer. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019

A primeira clínica jurídica que surge no Brasil, em 2004, foi a Clínica de Direitos Humanos da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), a Universidade atenta às mudanças, necessidades institucionais e sociais procurou proporcionar aos estudantes meios de ensino que fossem compatíveis ao que se esperava da instituição. Com isto em mente em 2017 a Clínica Jurídica – que até então era uma atividade extracurricular de extensão – fora incluída como modalidade de prática jurídica, requisito essencial para grandes avanços.

A Universidade primordialmente oferecia apenas o Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ, como prática jurídica obrigatória aos estudantes. É importante salientar que esse é o local em que os acadêmicos, sob a supervisão de professores, têm os primeiros contatos com problemas jurídicos reais, atendendo pessoas hipossuficientes.

Já a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia, da UFPA, está em funcionamento desde 2011, sendo um laboratório de ensino no Programa de Pós-Graduação em Direito e tendo a Professora Lise Tupiassu como coordenadora. Realiza atividades voltadas para a pesquisa e extensão – ostentando como inspiração o método norte-americano.

Este é um projeto do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da UFPA, em parceria com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Amazônia (NEIVA) e ressalta-se, pela Diretora da Faculdade de Direito Professora Valena Jacob, o objetivo de capacitação em litígios na esfera internacional.

Já a Clínica de Atenção à Violência, foi criada como um programa no curso de Direito em 2010 e transformada em clínica em 2016, com a Professora Luanna Tomaz coordenando-a. Esta fornece atendimento multidisciplinar às vítimas de violência e promove o ajuizamento de ações individuais, após o tratamento adequado ser realizado.

A UEA possui duas Clínicas voltadas para o ensino jurídico, sendo elas a Clínica de Direitos Humanos e Direito Ambiental voltada para o direito interno e internacional focada na atuação em demandas coletivas e individuais; e a Clínica de Mecanismos de Soluções de Conflitos – MArbiC/UEA com o objetivo de aprofundar os estudos e pesquisas nas áreas alternativas de solução de conflitos.

Com a adoção da Clínica de Direitos Humanos, os estudantes puderam observar os problemas e conflitos humanos sob diferentes perspectivas, buscando soluções no sentido de efetivar os direitos de indivíduos e grupos de pessoas.

Como a metodologia de aprendizagem difere do ministrado em salas de aula, a Clínica Jurídica é o meio pelo qual o estudante participa mais ativamente do processo de busca de soluções jurídicas, desenvolvendo habilidades que serão fundamentais para o exercício da profissão na sociedade, pois se considera que esta é uma metodologia bastante efetiva para a articulação entre teoria à prática e, no decorrer do artigo, serão descritas as percepções que os estudantes tiveram a partir do aprendizado nas Clínicas de Direitos Humanos.

1 A Metodologia Clínica

A educação jurídica no Brasil sempre foi direcionada para que os discentes compreendessem apenas o método litigioso – tendo assim aulas expositivas e utilizando métodos que podem ser considerados arcaicos, como a memorização de leis, doutrinas e jurisprudências. Tal meio de ensino fornecido aos estudantes era demasiado limitado e não incluía as mais diversas formas de tentar solucionar os conflitos.

Com a Metodologia Clínica o foco mudou para desenvolver habilidades antes não incorporadas ao ensino jurídico; como uma abordagem mais inovadora, pensamento crítico e questionador, independência e a habilidade de conseguir resolver os conflitos além das vias convencionais.

Lapa (2014) explicitou as formas pelo qual a metodologia clínica poderia ser implementada e as suas diferenças do ensino catedrático e mecanizado, substituindo assim por uma forma de aprendizagem em círculo, ao invés da linear – rompendo com o paradigma tradicionalista de ensino. Como já fora explicado por Benevides:

A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos: primeiro, é uma educação permanente, continuada e global. Segundo, está voltada para a mudança cultural. Terceiro, é educação em valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, ou seja, não se trata de mera transmissão de conhecimentos. Acrescenta-se, ainda, que deve abranger, igualmente, educadores e educandos, como sempre afirmou Paulo Freire. (Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos, São Paulo, 18/02/2000)

As Clínicas de Direitos Humanos buscam unir essas questões: proporcionar um ensino jurídico problematizador e estratégico, mas também honrar a Justiça Social. Por isso, esta forma contribui sobremaneira para a humanização do Direito, instigando a busca de soluções de conflitos inovadoras para os problemas jurídicos e extrajurídicos. Lapa indicou sete metas das quais, se efetivadas, poderiam aperfeiçoar o período de aprendizado dos estudantes nas Clínicas Jurídicas.

Entre elas, o compromisso com a **justiça social**, buscando fornecer o espaço para que ações e pensamentos voltados ao preconceito, racismo, homofobia, xenofobia e machismo sejam descristalizados e reconstruídos por um processo de diálogo e reflexão. Promovendo o equilíbrio entre o aprendizado estudantil e o atendimento social.

A **metodologia participativa**, em que o acadêmico poderia desenvolver a identidade pessoal e profissional através de uma abordagem participativa, onde ele se torna o personagem ativo e o professor secundário – de caráter orientador e avaliativo.

Ainda, a **articulação da teoria e prática dos Direitos Humanos** implicaria em um diferente modo de se olhar e de se tratar os conflitos sociais que resulta na humanização do direito, para aproximar este da justiça social; inclusive, devido ao fato de as universidades brasileiras terem como premissa maior a **indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão** voltadas ao processo de formação do estudante, as atividades de ensino ocorreriam por meio de encontros periódicos em formato de grupo de estudos, disciplina optativa ou como horas complementares efetuadas com projetos integradores.

Não obstante, ressalta a importância do **enfoque interdisciplinar**, pois a Educação em Direitos Humanos envolve outras áreas e os estudantes necessitam desenvolver métodos de análise em diversas dimensões distintas do formalismo, que desconecta a realidade e torna o meio jurídico uma teoria abstrata, não desumaniza apenas a função jurídica do Direito, mas o próprio ser humano (Japiassu, 1976).

Institucionalização formal e reconhecimento na Universidade, porque é necessário a institucionalização da forma mais pertinente possível, podendo ocorrer como um programa universitário, projeto de ensino ou de extensão. Sem esquecer que o **público alvo** seria prioritariamente universitário, proporcionando um espaço para a exposição de conhecimentos, sentimentos, vivências e experiências entre os estudantes e professores.

Para o êxito das clínicas é necessário que o docente que coordene os trabalhos tenha conhecimento dos temas abordados, experiência prática com atividades de ensino, pesquisa e extensão, disponibilidade de horário e comprometimento ético e social.

2 Metodologia de Pesquisa

O propósito do artigo era o estudo descritivo, por intermédio de leitura de textos e artigos, e exploratório com uma abordagem qualitativa e quantitativa, feito através da aplicação do questionário aos egressos da Universidade da Região de Joinville (Univille), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Estadual do Amazonas (UEA); ao final a análise dos dados coletados.

A pesquisa exploratória, inicialmente teve de ser apresentado o Projeto de Pesquisa e Questionário ao Comitê de Ética – utilizando-se da Plataforma Brasil para tal. O projeto fora encaminhado no dia 15 de dezembro de 2018 e obteve a sua aprovação no dia 01 de março de 2019, após ter sido submetido o recurso sob os apontamentos realizados pelo Comitê – no dia 25 de fevereiro de 2019.

Os alunos foram selecionados para participarem do projeto por intermédio de indicações realizadas pelos professores coordenadores das clínicas de cada uma das universidades. Os e-mails dos egressos da UFPA foram disponibilizados pela Professora Cristina Terezo; da UEA pela Professora Silvia Loureiro; da Univille foram captados pela aluna Kawanna. Ressalta-se que, apenas responderam os questionários indivíduos cientes dos objetivos da pesquisa e por espontânea vontade.

A fase da aplicação do questionário foi de abril a maio de 2019 e o procedimento por intermédio do qual se coletou os dados foi mediante o envio do questionário nomeado “Clínicas Jurídicas e Competências Profissionais” pelo e-mail de cada ex-aluno.

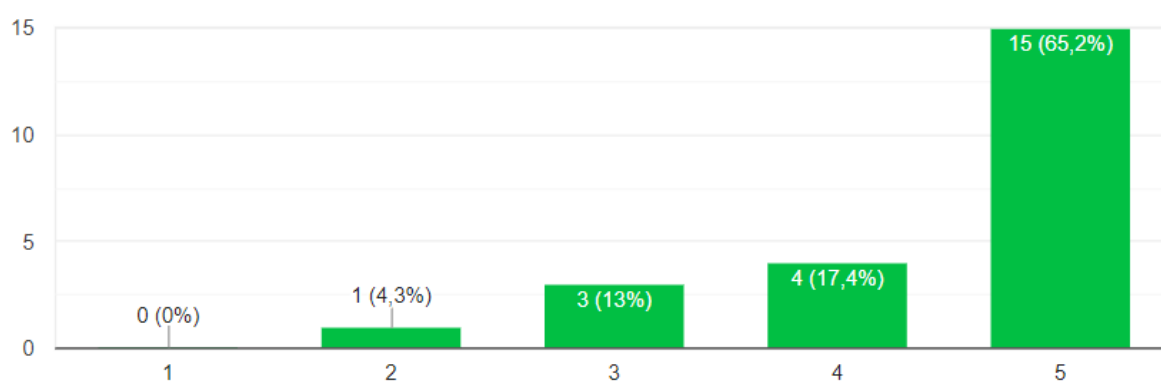
O envio ocorreu à trinta e nove egressos e obteve como retorno de vinte e três respostas, tendo a taxa de aderência de 59%. A criação de gráficos e tabelas foi realizado pelo próprio programa da aplicação da pesquisa, o Formulário do Google, que serão analisadas a seguir.

3 Os Dados Coletados: Influência da Pedagogia Clínica nos Acadêmicos

Dentre os egressos que responderam o questionário 34,8% eram homens e 65,2% mulheres, as idades variam de 21 a 35 anos – tendo maior índice em 24 a 26 anos. Sobre a etnia, 56,5% dos estudantes eram brancos, 30,4% pardos e os 13,1% variavam entre negros e indígenas.

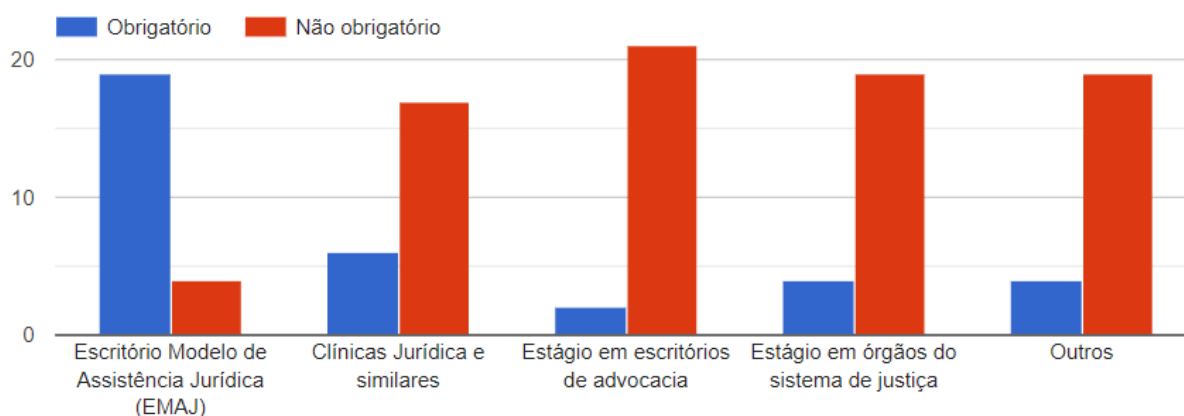
Dos participantes que responderam o questionário 47,8% eram a Universidade da Região de Joinville, 30,4% da Universidade Estadual do Amazonas e 21,7% da Universidade Federal do Pará⁵.

Questionou-se sobre a influência da participação clínica na vida profissional e esta resultou:



O maior número era referente a grande influência positiva, sendo assim na visão do acadêmico a participação na clínica jurídica fora de extremo auxílio e aprendizagem; além de terem considerado grande influência do projeto na sua vida pessoal⁶ – como foi questionado em seguida.

Dentre as atividades colacionadas pelos egressos, elas foram:

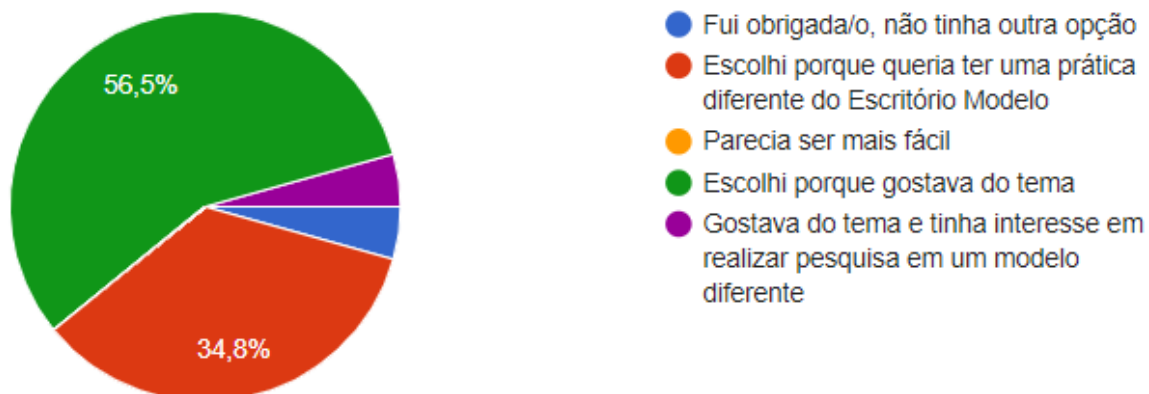


⁵ Vide anexo 2 para vislumbrar os gráficos referentes a cada uma das informações supracitadas.

⁶ Vide anexo 2, onde consta os gráficos a respeito.

As atividades realizadas nas clínicas jurídicas eram voltadas para os direitos humanos – dentre eles projetos com detentas, imigrantes, direito ambiental, direito internacional, direito do trabalho, pessoas em situações de rua, sobre o monitoramento das recomendações realizadas ao Estado Brasileiro no 3º ciclo da Revisão Periódica Universal e outros.

Os motivadores para ingressarem no projeto variam entre:

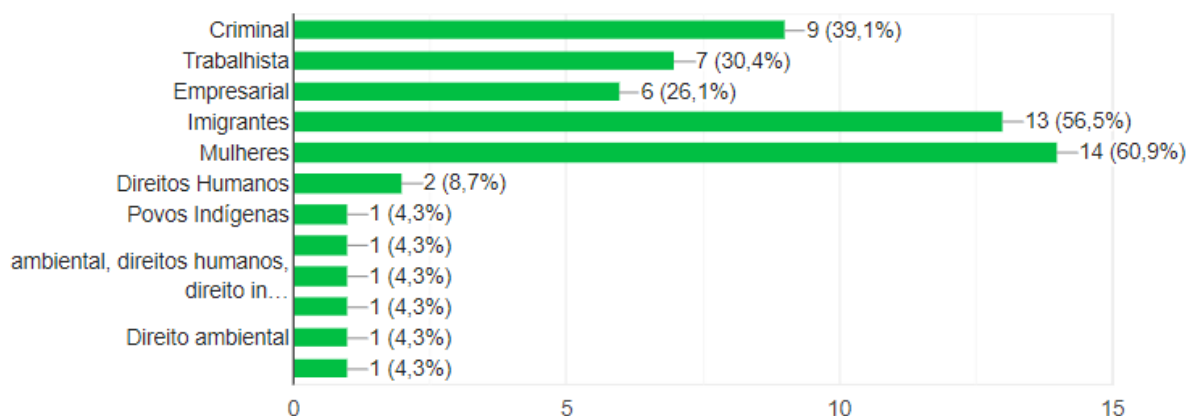


Ocorre que grande parte dos alunos não sabiam como funcionava a metodologia clínica e apenas 17,4% conheciam o modelo de funcionamento do projeto. E foram efetivamente introduzidos aos princípios, em sua totalidade, durante o início do projeto pelos próprios professores.

Quando questionados sobre a possibilidade de participarem de uma clínica jurídica novamente 95,7% dos egressos estavam favoráveis e o restante indecisos sobre o fato. Os motivadores para tal eram diversos – por considerarem a metodologia enriquecedora, pela possibilidade de aprofundar-se em outras temáticas, devido ao método participativo desenvolver diversas competências, afinidade com a metodologia e entre outros.

Diversas são as qualidades das clínicas jurídicas, mas especialmente em virtude da possibilidade de aprofundamento de discussões e práticas que não são possíveis de serem exercidas apenas no ambiente da sala de aula das graduações. (Egresso, Questionário “Clínicas Jurídicas e Competências Profissionais”, 2019)

As áreas onde os alunos teriam interesse foram:



Quando questionado sobre as contribuições da pedagogia clínica para a formação profissional declararam que esta auxiliou na definição do caminho profissional e acadêmica do egresso, na formação humanística, ampliou a perspectiva do direito, construção de linhas de pensamento, a forma de analisar os processos, pensamento crítico e conciliar a prática com a teoria.

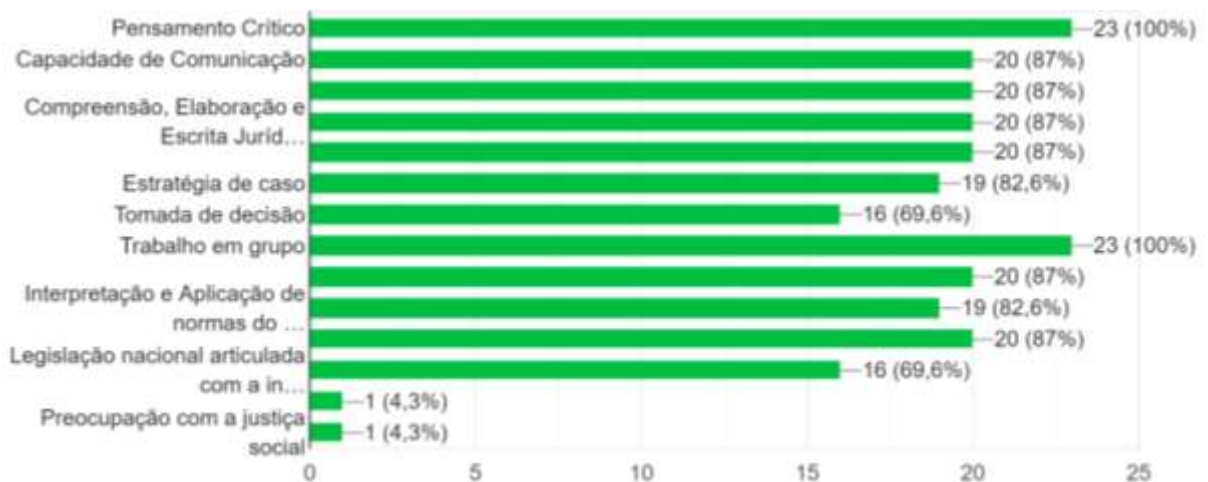
A educação clínica foi o instrumento pedagógico que durante a graduação mais contribuiu para a minha formação profissional, me possibilitando aprender sobre: soluções não litigiosas de controvérsias, litigância estratégica, métodos alternativos de resolução de conflitos, dentre outros, metodologias adequadas para a prática jurídica voltada aos direitos humanos, dentre outras. Para além de permitir-me relação diferenciada com aqueles para quem prestávamos o serviço, o aluno de fato está imerso no universo profissional, trabalhando da pesquisa necessária ao caso, até a elaboração da peça técnica adequada, da escolha de metodologias alternativas se for o caso, passando até pela escuta das vítimas. O protagonismo dado aos alunos, na experiência que vivi na UFPA, sem dúvidas tornou-me capaz de olhar para meu futuro profissional com mais confiança, pois todas as experiências pelas quais passei me proporcionaram a formação adequada na especialidade que escolhi: a advocacia em direitos humanos. (Egresso, Questionário “Clínicas Jurídicas e Competências Profissionais”, 2019)

Existem também aqueles que declararam que a clínica teve grande influência sobre a opção profissional ao trabalhar com os Direitos Humanos e a atuação com os organismos internacionais; declara ainda que “(...) descobri minhas aptidões e habilidades, além dos temas que realmente motivavam meu engajamento nos estudos e ações. A minha pesquisa e atuação na clínica abriram portas para todas as minhas oportunidades acadêmicas posteriores.” (Egresso, Questionário “Clínicas Jurídicas e Competências Profissionais”, 2019)

Ressaltando o dito:

(...) foi uma experiência única em minha formação. Desenvolvi muitas competências que não havia trabalhado durante os primeiros 4 anos de faculdade. Acredito que a pedagogia da Clínica torna o(a) acadêmico(a) muito mais responsável por suas ações - já que vê diretamente o impacto e relevância sociais de seu desempenho -; muito mais interessado em estudar alguns temas que nunca antes considerou - justamente por saber que aquilo será importante para alguém; menos dependente do(a) professor(a), pois a relação com ele(a) é menos hierárquica e mais horizontalizada; e também mais preparado para trabalhar em equipe, a lidar e valorizar diferentes tipos de pessoas e seus diferentes posicionamentos. (Egresso, Questionário “Clínicas Jurídicas e Competências Profissionais”, 2019)

E as habilidades que acreditam ter sido desenvolvidas devido a metodologia clínica foram:



No final do questionário, ao fornecer espaço para os acadêmicos deixarem seus comentários sobre a metodologia em sua formação jurídica, salienta-se a seguinte resposta:

Na clínica eu me formei em muitos aspectos, pois aprendi: a ser uma pesquisadora, a atender o público vítima destas violações, a realizar atividades de extensão, organizar eventos acadêmicos, a portar-me como advogada e acadêmica, ao mesmo tempo que aceitávamos o desafio de trilharmos novos caminhos para intervenções transformadoras na sociedade que nos circunda. O impacto mais significativo de todos, para além de uma formação profissional diferenciada, foi a minha formação cidadã. Por meio da atuação clínica e dos direitos humanos, eu aprendi a olhar para a sociedade e para os diversos grupos que a compõe de outra forma, ficando ciente dos compromissos que precisava assumir para com a proteção das dignidades humanas. Dentro da universidade, das instituições do sistema de justiça ou em outros locais éramos levados a presença da sociedade civil e suas demandas. Isto significa que eu fui impulsionada a viver experiências que usualmente os alunos não possuem nas faculdades de Direito. Acredito que esse ponto é importante, pois é quando estamos olhando para a comunidade, nos rostos de cada cidadão ou cidadão, que sentimos a responsabilidade que carregamos e a real importância de nosso trabalho. (Egresso, Questionário “Clínicas Jurídicas e Competências Profissionais”, 2019)

Com isso, pôde-se analisar as diversas influências que cada egresso sentiu com a participação nas clínicas e o quão positiva a metodologia aplicada teve na capacitação profissional e pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar impressões dos estudantes de clínicas jurídicas sobre um novo processo de ensino e aprendizagem e, assim, disseminar possíveis habilidades e competências pessoais e profissionais. Percebe-se que o pensamento crítico e o trabalho em equipe foram as duas habilidades que mais se destacaram exatamente pela diferente metodologia adotada, no qual os estudantes estão em uma situação protagonista e reflexiva.

Nos tempos complexos em que se vive exige metodologias inovadoras de ensino que provoquem os acadêmicos a pensar em soluções interdisciplinares para os problemas contemporâneos; outrossim devido a cultura brasileira de judicialização.

O ambiente universitário, por intermédio da utilização das Clínicas, pode proporcionar esta aprendizagem que contemple o tripé de uma universidade: ensino, pesquisa e extensão. Vez que, casos concretos são analisados e os temas aprofundados por meio de pesquisa para assim trabalhar em resoluções. E, sobretudo, que esse saber desenvolvido retorna para a comunidade em forma de ações, protocolos e documentos concretos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade regional.

Com os dados colacionados pela aplicação do questionário, pôde-se observar a grande influência positiva que os egressos sentiram ao vivenciarem a metodologia jurídica clínica. Ao passe em que tal método de ensino está se disseminando nas universidades brasileiras, o ensino jurídico poderá ser inovador e efetivamente acolhedor – com o egresso e o cidadão –, podendo assim novamente humanizar o Direito e desenvolver meios alternativos para soluções de conflitos e necessidades.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Governo do Estado. Notícia. UEA inaugura nova sede do núcleo de prática jurídica, que oferece atendimento gratuito à população. Publicado em 2014. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2014/10/uea-inaugura-nova-sede-do-nucleo-de-pratica-juridica-que-oferece-atendimento-gratuito-a-populacao/>. Acesso em: 28 de julho de 2019.

- BENEVIDES, Maria Victoria. Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos, São Paulo, 18/02/2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.
- CASTRO, Ana Paula. Notícias. Clínica de atenção à violência da UFPA fornece apoio jurídico e psicossocial à população. Publicado em 2017. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/7806-clinica-de-atencao-a-violencia-da-ufpa-fornece-apoio-juridico-e-psicossocial-a-populacao>. Acesso em: 28 jul. 2019.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- LAPA, Fernanda Brandão. Clínica de Direitos Humanos: uma proposta metodológica para a educação jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2014.
- MARREIRO, Liana Siqueira do Nascimento; RODRIGUES, Maxweel Veras; SOUZA, Werlon Marques; RODRIGUES, Elana Flavia de Sousa; TEIXEIRA, Linnik Israel Lima; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo. Educação em Direitos Humanos: Reflexões Contemporâneas nas Instituições de Ensino Superior. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181082/101_00078.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 mai. 2019.
- MEC. Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- TREVISAM, Elisaide. Educação em Direitos Humanos no Ensino superior como garantia de uma cultura democrática. Publicado na Revista Acadêmica Direitos Fundamentais, Osasco - SP, Ano 5 n.5, em 2011.
- UEA. Site Institucional. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Grupos Certificados. Disponível em: http://propep.uea.edu.br/?page_id=556. Acesso em 29 jul. 2019.
- UNIVILLE. Site Institucional. Clínica de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.univille.edu.br/pt-BR/departamentos/direito/clinica-direitos-humanos/608138>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- VIDIGAL, Enize. Portal UFPA. UFPA inaugura novas Clínicas de Direito para o atendimento ao público. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/10212-ufpa-inaugura-novas-clinicas-de-direito-para-o-atendimento-ao-publico>. Acesso em: 28 jul. 2019.

ANEXOS

ANEXO 1: Questionário aplicado

Clínicas Jurídicas e Competências Profissionais

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar de uma pesquisa sobre as competências e habilidades desenvolvidas na pedagogia clínica. Esta pesquisa faz parte de um estudo do grupo de pesquisa da Universidade da Região de Joinville (Univille) chamado Núcleo de Educação Jurídica e Direitos Humanos.

Neste estudo pretendemos coletar dados e refletir sobre o processo de ensino/aprendizagem desenvolvido em clínicas jurídicas no Brasil, assim como seus impactos na vida profissional de seus estudantes. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a falta de trabalhos científicos sobre quais as habilidades e os impactos causados pela metodologia clínica na vida profissional dos egressos de cursos de Direito.

Se você foi convidado(a) a participar desta pesquisa é porque temos informação que já frequentou uma clínica jurídica. Se não é este o caso, por favor, não preencha o formulário. Não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se, sendo que não será identificado em nenhuma publicação.

Este estudo apresenta risco mínimo e os resultados estarão à sua disposição quando finalizado. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 05 anos, e, após esse tempo, serão destruídos. As informações deste termo são importantes e incluem o contato com o pesquisador responsável pela pesquisa. Orienta-se que você salve como print de tela e/ou imprima este documento guardando-o com você. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/COEP – UNIVILLE

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Endereço – Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - Campus Universitário - CEP 89219-710 – Joinville / SC. Fone: (47) 3461-9235 / E-MAIL: comitetica@univille.br

Pesquisadora Responsável: Fernanda Brandão Lapa Joinville/SC – CEP: 89219-10 E-mail: flapa@iddh.org.br

Pesquisadora auxiliar: Kawanna Alano Soares Joinville/SC – CEP: 89219-10 Fone: (47) 99662-4773 / E-mail: kawannaalano@gmail.com

1. Desta forma você concorda que foi informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareceu suas dúvidas. Tem consciência que a qualquer momento poderá solicitar novas informações. Declara que concorda em participar desse estudo e que detém uma cópia deste termo de consentimento.

Prezada/o Aluna/o e Egressa/o:

A sua participação neste questionário é muito importante para a realização da pesquisa que estamos desenvolvendo sobre as competências que estudantes de Direito adquirem com a pedagogia clínica. Acreditamos que os resultados obtidos contribuirão para o avanço das pesquisas científicas sobre o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido nas clínicas jurídicas. Todas as respostas serão mantidas em sigilo. Após a coleta e análise dos dados, este arquivo será eliminado.

O questionário está dividido em três etapas: 1) questões pessoais; 2) trajetória na universidade; 3) atividades desenvolvidas nas clínicas jurídicas.

2. Deseja continuar? Sim ou Não.

DADOS PESSOAIS

a) Gênero: Feminino / Masculino / Transgênero / Prefiro não dizer /
 Outro: _____

b) Idade: _____

c) Etnia: Branco / Negro / Indígena / Pardo /
 Outro: _____

d) Instituição de Ensino Superior cursada: Universidade da Região de Joinville – Univille / Universidade Federal do Pará – UFPA / Universidade Estadual do Amazonas – UEA /
 Outro: _____

e) Ano de início e ano de conclusão: _____

g) Você considera que sua participação na clínica durante a universidade influenciou sua vida profissional? 1 2 3 4 5 (1 condiz com “nada” e 5 com “muito”)

h) Você considera que sua participação na clínica durante a universidade influenciou sua vida pessoal? 1 2 3 4 5 (1 condiz com “nada” e 5 com “muito”)

TRAJETÓRIA NA UNIVERSIDADE

a) Você participou de algum projeto de PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica? Sim / Não
 Outro: _____

a.1) Se sim, qual o tema da pesquisa? _____

b) Você participou de algum projeto de extensão? Sim Não
 Outro: _____

b.1) Se sim, qual o projeto ou atividade principal? _____

c) Assinale abaixo apenas as atividades de prática jurídica que realizou, distinguindo-as entre Obrigatória ou Não Obrigatória/Opcional: Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ) / Clínicas Jurídica e similares / Estágio em escritórios de advocacia / Estágio em órgãos do sistema de justiça / Outros.

d) Participava de grupos de estudo? Se sim, qual? _____

III) DAS CLÍNICAS JURÍDICAS

a) Qual a área da clínica jurídica que você participa ou participou (direitos humanos, migrantes, penal...)?

b) Por que você participou de uma Clínica Jurídica? Fui obrigada/o, não tinha outra opção / Escolhi porque queria ter uma prática diferente do Escritório Modelo / Parecia ser mais fácil / Escolhi porque gostava do tema /
 Outro: _____

c) Antes de participar, você já sabia como funcionava a pedagogia clínica? Sim / Não /
 Outro: _____

–

d) Quem lhe explicou como funcionava? Professores / Colegas / Departamento do curso / Funcionário da instituição /
 Outro: _____

e) Você participaria de outra clínica jurídica durante sua prática jurídica se tivesse oportunidade? Sim / Não / Talvez

e.1) Se sim, por quê? _____

e.2) Se sim, em qual(is) das seguintes áreas? Criminal / Trabalhista / Empresarial / Imigrantes / Mulheres / Outro: _____

g) Você considera que a pedagogia clínica contribuiu para sua formação profissional? Por quê? _____

g) Quais competências/habilidades você identifica que foram desenvolvidas na metodologia clínica? Assinale as principais: Pensamento Crítico / Capacidade de Comunicação / Aprendizagem autônoma e independente / Compreensão, Elaboração e Escrita Jurídica / Pesquisa e investigação de fatos / Estratégia de caso / Tomada de decisão / Trabalho em grupo / Raciocínio e argumentação jurídica / Interpretação e Aplicação normas do sistema jurídico / Interdisciplinaridade / Legislação nacional articulada com a internacional / Outro: _____

Deixe aqui mais comentários sobre os impactos da metodologia clínica em sua formação jurídica, se desejar. Obrigada!

ANEXO 2: Respostas do questionário

Desta forma você concorda que foi informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareceu suas dúvidas. Tem consciência que a qualquer momento poderá solicitar novas informações. Declara que concorda em participar desse estudo e que detém uma cópia deste termo de consentimento.

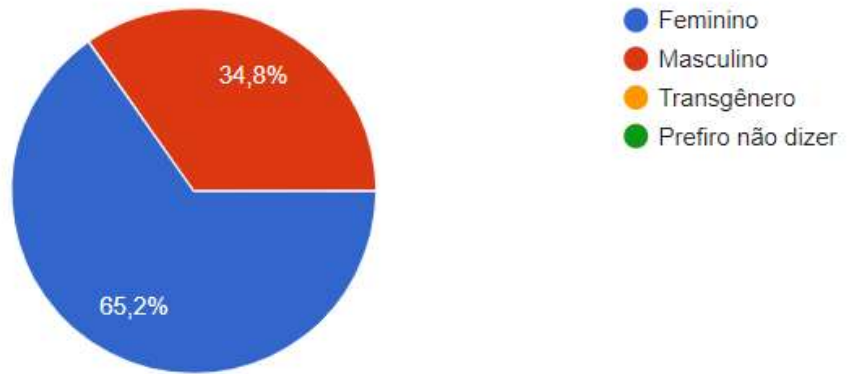
23 respostas

Sim
sim
Concordo
sim, concordo.
Concordo.
Sim, concordo
Sim.
Sim

DADOS PESSOAIS:

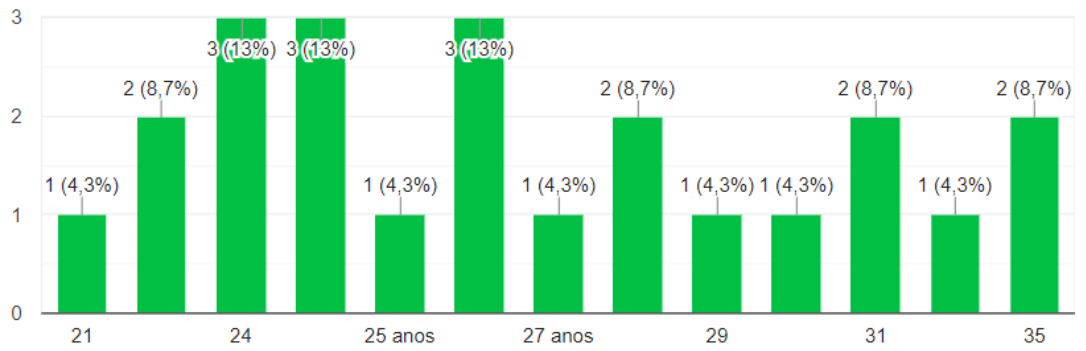
a) Gênero:

23 respostas



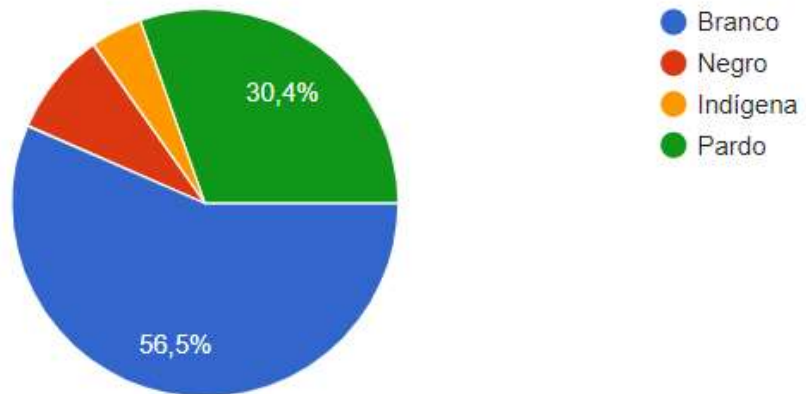
b) Idade:

23 respostas



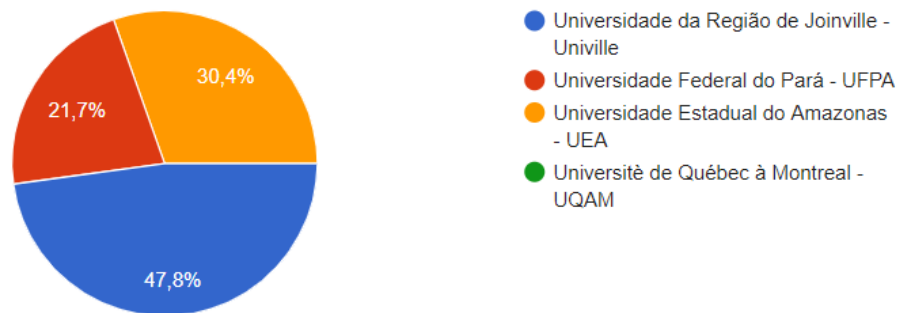
c) Etnia:

23 respostas



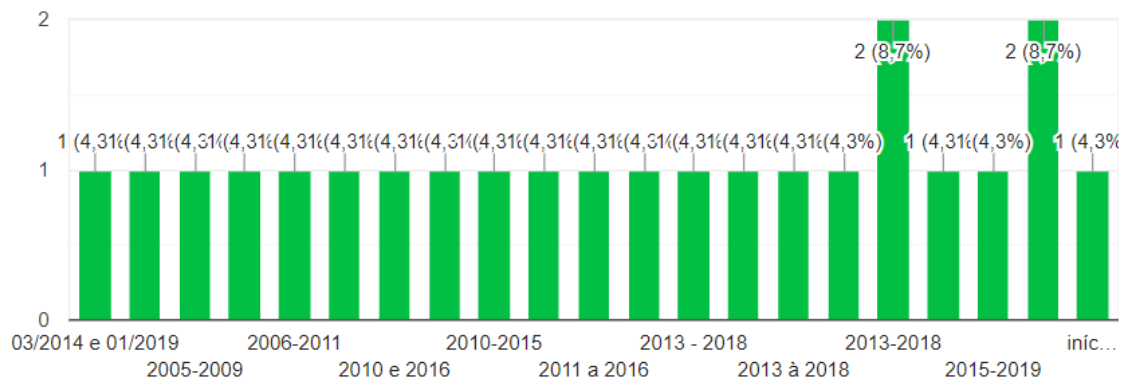
d) Instituição de Ensino Superior cursada:

23 respostas



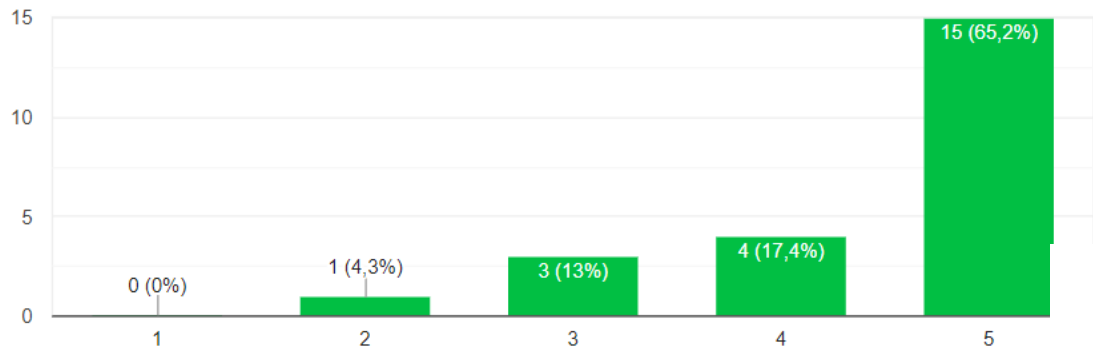
e) Ano de início e ano de conclusão:

23 respostas



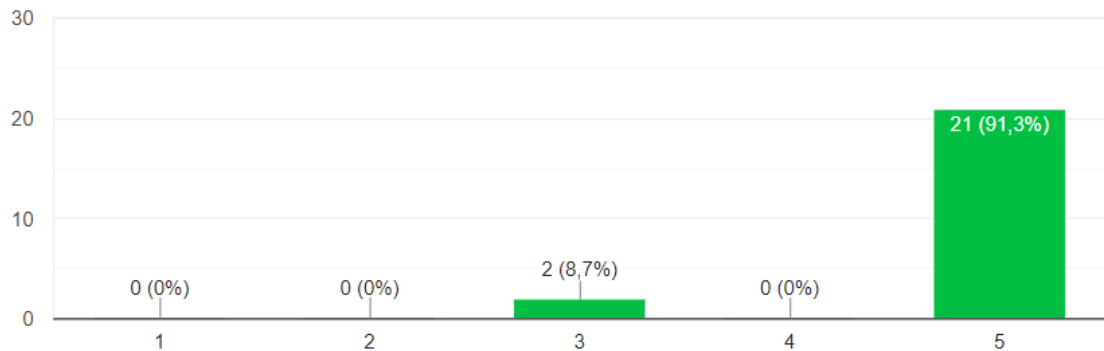
g) Você considera que sua participação na clínica durante a universidade influenciou sua vida profissional?

23 respostas



h) Você considera que sua participação na clínica durante a universidade influenciou sua vida pessoal?

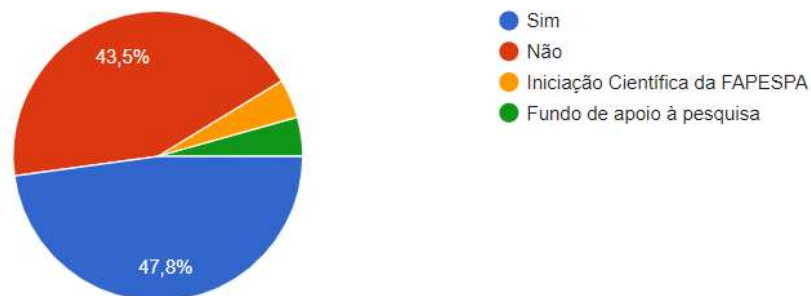
23 respostas



TRAJETÓRIA NA UNIVERSIDADE

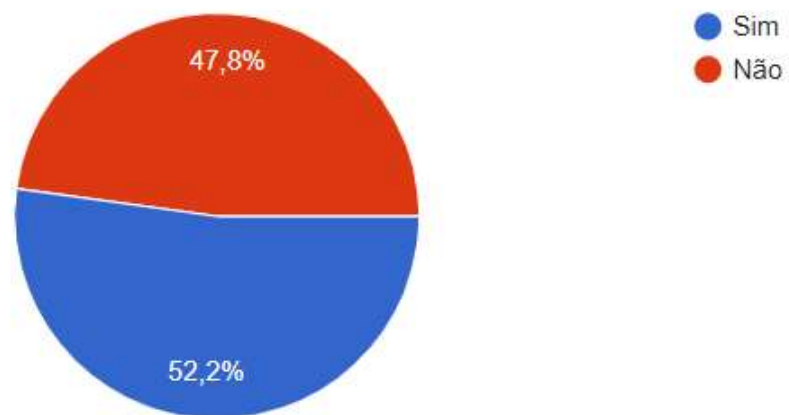
a) Você participou de algum projeto de PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica?

23 respostas

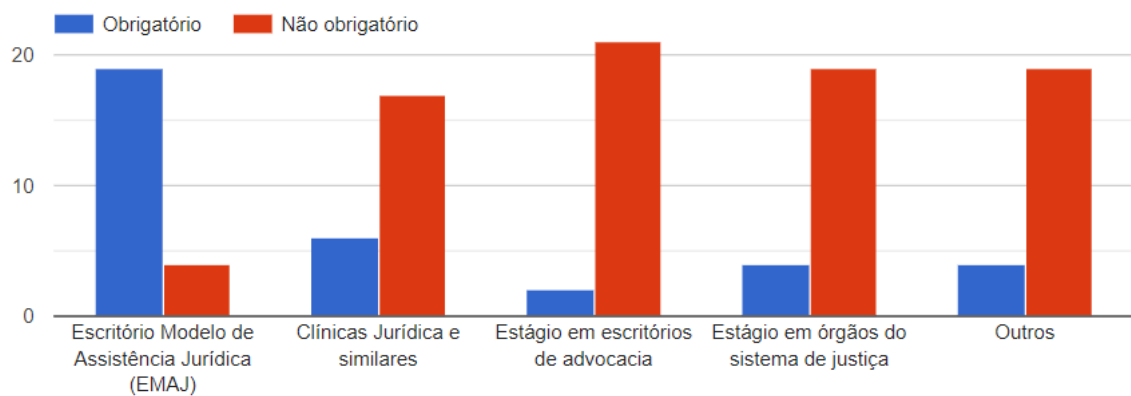


b) Você participou de algum projeto de extensão?

23 respostas



c) Assinale abaixo apenas as atividades de prática jurídica que realizou, distinguindo-as entre Obrigatória ou Não Obrigatória/Opcional



DAS CLÍNICAS JURÍDICAS

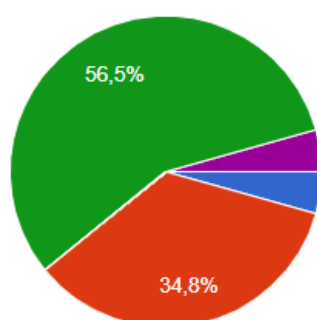
a) Qual a área da clínica jurídica que você participa ou participou (direitos humanos, migrantes, penal...)?

23 respostas

Direitos Humanos
Direitos Humanos e Direito Ambiental
direitos humanos
Direitos humanos
direitos humanos e ambiental
Direitos Internacional dos Direitos Humanos e Meio Ambiente
Direitos Humanos internacional e Trabalho Escravo
Direitos Humanos, pessoas em situação de rua, mulheres encarceradas
Direitos Humanos
Particpei dois semestres. Uma pesquisa sobre Imigrantes haitianos em Joinville e outra sobre o monitoramento das Recomendações apresentadas ao Brasil no 3º ciclo da RPU, especificamente sobre a temática do tráfico de pessoas.
Particpei tanto da área de direitos humanos como de migrantes.

b) Por que você participou de uma Clínica Jurídica?

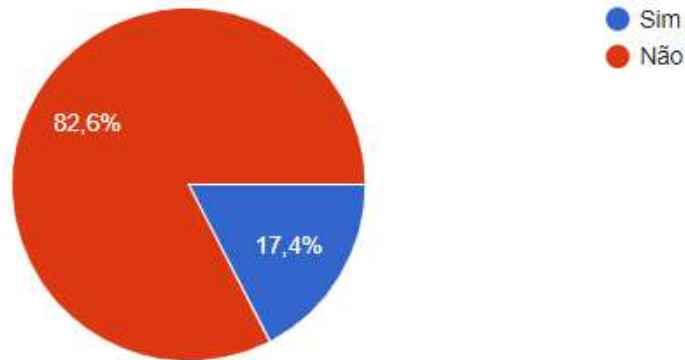
23 respostas



- Fui obrigada/o, não tinha outra opção
- Escolhi porque queria ter uma prática diferente do Escritório Modelo
- Parecia ser mais fácil
- Escolhi porque gostava do tema
- Gostava do tema e tinha interesse em realizar pesquisa em um modelo diferente

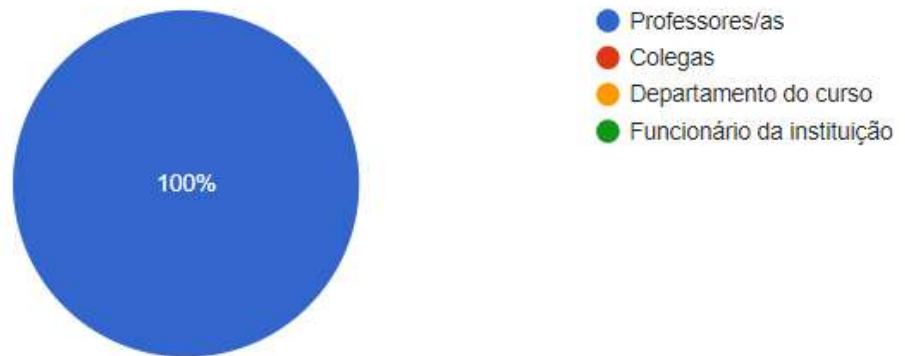
c) Antes de participar, você já sabia como funcionava a pedagogia clínica?

23 respostas



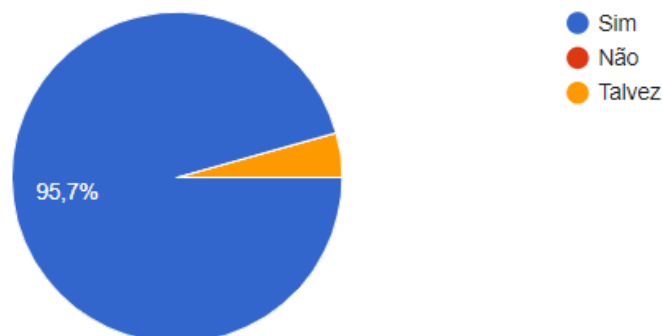
d) Quem lhe explicou como funcionava?

23 respostas



e) Você participaria de outra clínica jurídica durante sua prática jurídica se tivesse oportunidade?

23 respostas



e.1) Se sim, por quê?

18 respostas

Diversas são as qualidades das clínicas jurídicas, mas especialmente em virtude da possibilidade de aprofundamento de discussões e práticas que não são possíveis de serem exercidas apenas no ambiente da sala de aula das graduações.

Tenho interesse pelo ambiente acadêmico. Além disso, as clínicas funcionam com uma excelente ferramenta de atualização jurídica e científica.

pela oportunidade de desenvolver pesquisa acadêmica em casos concretos

Porque é uma oportunidade incrível de colaborar com a promoção dos Direitos Humanos

Pela possibilidade de aprofundar em mais áreas.

Porque é um método participativo que ajuda a desenvolver novas competências

Porque o método clínico é mais dinâmico e permite um aprofundamento nos assuntos, unindo teoria e prática

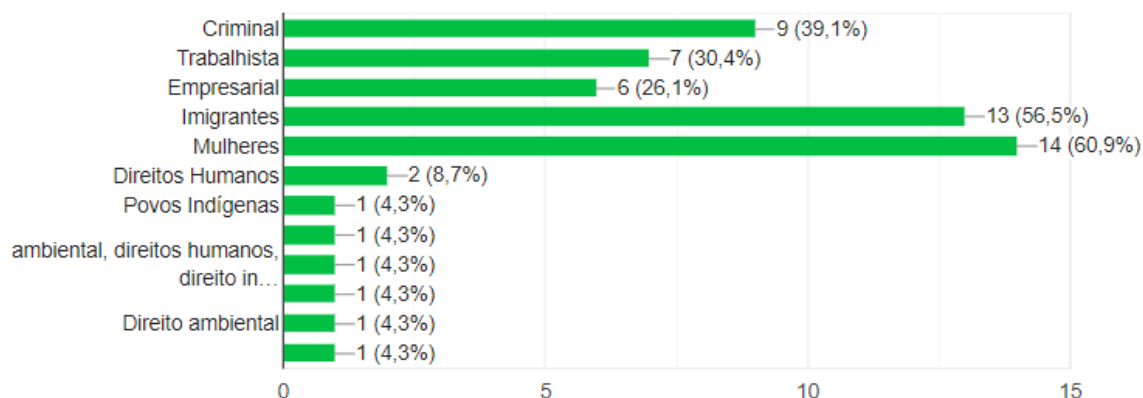
Porque acredito que os conhecimentos e vivências que adquiri durante esse ano que participei das atividades da Clínica, além de diversos, foram muito enriquecedores, pessoal e profissionalmente.

Porque o debate dentro da Clínica é muito rico e nos coloca a pensar de maneira diferente, além de gerar empatia e muito conhecimento.

Gosto da metodologia prática e do diálogo.

e.2) Se sim, em qual(is) das seguintes áreas?

23 respostas



g) Você considera que a pedagogia clínica contribuiu para sua formação profissional? Por quê?

23 respostas

Sim. A educação clínica foi o instrumento pedagógico que durante a graduação mais contribuiu para a minha formação profissional, me possibilitando aprender sobre: soluções não litigiosas de controvérsias, litigância estratégica, métodos alternativos de resolução de conflitos, dentre outros, metodologias adequadas para a prática jurídica voltada aos direitos humanos, dentre outras. Para além de permitir-me relação diferenciada com aqueles para quem prestávamos o serviço, o aluno de fato está imerso no universo profissional, trabalhando da pesquisa necessária ao caso, até a elaboração da peça técnica adequada, da escolha de metodologias alternativas se for o caso, passando até pela escuta da vítimas. O protagonismo dado aos alunos, na experiência que vivi na UFPA, sem dúvidas tornou-me capaz de olhar para meu futuro profissional com mais confiança, pois todas as experiências pelas quais passei me proporcionaram a formação adequada na especialidade que escolhi: a advocacia em direitos humanos.

Considero que contribuiu muito em minha formação humanística

Sim. Ampliou imensamente minha perspectiva sobre o universo jurídico e sobre minhas possibilidades dentro dele

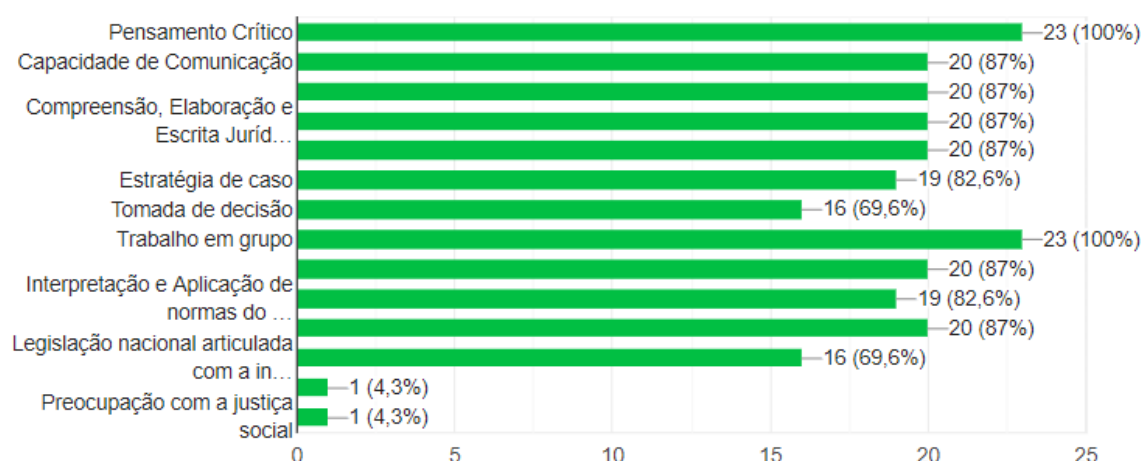
ajudou na construção de linhas argumentativas jurídicas e a entender casos de violação de direitos humanos mais complexos para além da doutrina jurídica.

Sim, porque pude aprender bastante com meus colegas da graduação e pós nos trabalhos conjuntos

Sim, mudou a forma com que percebo um caso ou violação de direitos humanos, bem como a maneira de atuar.

g) Quais competências/habilidades você identifica que foram desenvolvidas na metodologia clínica? Assinale as principais.

23 respostas



Deixe aqui mais comentários sobre os impactos da metodologia clínica em sua formação jurídica, se desejar. Obrigada!

8 respostas

Na clínica eu me formei em muitos aspectos, pois aprendi: a ser uma pesquisadora, a atender o público vítima destas violações, a realizar atividades de extensão, organizar eventos acadêmicos, a portar-me como advogada e acadêmica, ao mesmo tempo que aceitávamos o desafio de trilharmos novos caminhos para intervenções transformadoras na sociedade que nos circunda. O impacto mais significativo de todos, para além de uma formação profissional diferenciada, foi a minha formação cidadã. Por meio da atuação clínica e dos direitos humanos, eu aprendi a olhar para a sociedade e para os diversos grupos que a compõe de outra forma, ficando ciente dos compromisso que precisava assumir para com a proteção das dignidades humanas. Dentro da universidade, das instituições do sistema de justiça ou em outros locais éramos levados a presença da sociedade civil e suas demandas. Isto significa que eu fui impulsionada a viver experiências que usualmente os alunos não possuem nas faculdades de Direito. Acredito que esse ponto é importante, pois é quando estamos olhando para a comunidade, nos rostos de cada cidadão ou cidadão, que sentimos a responsabilidade que carregamos e a real importância de nosso trabalho.

Foi possível peticionar diretamente aos órgãos internacionais de proteção dos Direitos Humanos

A metodologia clínica deveria ser expandida em todas as instituições de ensino. Só tive experiência com a metodologia clínica na área dos direitos humanos, o que fora extremamente gratificante, porém, sei por certo que a aplicação de metodologias clínicas nas demais áreas possibilitaria a formação de um profissional e uma pessoa mais capacitada e consciente do seu papel na sociedade. Se a educação muda as pessoas e as pessoas mudam o mundo, a metodologia clínica é o caminho mais bonito para essa mudança.